

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras

2025

- 1. Relatório da Administração**
- 2. Notas Explicativas**
- 3. Relatório do Auditor Independente**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

1) Considerações Iniciais

Em 2025, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 525 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 9,1% em relação ao exercício de 2024, decorrente principalmente da classe industrial, que registrou uma queda de 45,0%; compensando parcialmente, podemos destacar o crescimento de 0,6% nas vendas para a classe residencial.

A CPFL Santa Cruz, em 2025, recebeu a premiação da ANEEL na categoria Região Sudeste, para concessionárias acima de 400 mil unidades consumidoras. Além disso, foi eleita vencedora pelo Prêmio Abradee, na categoria de Gestão da Inovação, como também recebeu premiação nas categorias Saúde e Segurança, ASG e Região Sudeste, para as empresas com mais de 500 mil consumidores.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2) Comentário sobre a Conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2025 teve início em um ambiente de incerteza global, decorrentes da nova administração de Donald Trump nos Estados Unidos e a adoção de três mudanças relevantes: imposição de tarifas de importação, endurecimento das regras de imigração e a aprovação de um orçamento federal com trajetória deficitária para os próximos anos.

As tarifas representaram uma mudança na lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente esperado. Isso ocorreu devido ao recuo do governo em diversas medidas quando foram identificados impactos econômicos significativos. O tema também segue em disputa judicial e aguarda decisão da Suprema Corte sobre a legalidade do uso do instrumento de "emergência econômica". Outro fator que reduziu os impactos foi a antecipação de compras pelas empresas, para formação de estoques.

As mudanças recentes na política comercial e fiscal dos Estados Unidos elevaram a incerteza em relação ao desempenho do dólar no longo prazo, incentivando maior diversificação das reservas internacionais por parte de diversos bancos centrais. Esse movimento contribuiu para a valorização do ouro e para uma acomodação do valor da moeda norte americana. No campo monetário, o Federal Reserve reduziu a taxa básica de juros em 75 pontos-base diante da moderação do mercado de trabalho, passando a adotar postura de espera. A inflação dos Estados

Unidos para o ano de 2025 fechou em 2,7%.

No Brasil, ao longo de 2025, foram mantidas e ampliadas iniciativas voltadas à sustentação da demanda doméstica, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária em nível restritivo. O resultado foi uma desaceleração moderada e heterogênea da atividade econômica, que seguiu operando com baixo nível de ociosidade. Setores mais sensíveis às condições de crédito registraram moderação, enquanto atividades relacionadas à renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo.

Nesse contexto, a taxa Selic foi elevada em 2,75 p.p. e permaneceu em 15% ao ano por um período prolongado. A inflação e as expectativas inflacionárias apresentaram desaceleração moderada, mantendo-se mais próximas do teto do que do centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, resultado inferior às projeções iniciais.

Esse resultado foi determinado pelo comportamento de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (que reduziu exportações e ampliou a oferta doméstica), impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Por outro lado, o segmento de Serviços manteve variação próxima a 6% em termos anuais, acompanhando a evolução do mercado de trabalho e da atividade econômica.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA):

Em 20 de maio de 2025, por meio da Resolução Homologatória nº 3.430, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da CPFL Santa Cruz, em vigor desde 22 de maio de 2025, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 1,03%, sendo 1,67% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e -0,64% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 0,56% e da Parcela B de 1,11%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 2,62%, sendo de 2,61%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 2,62%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. A aplicação do RTA foi postergada para maio de 2025 devido ao pedido de vista do processo por conta da solicitação de diferimento por parte da CPFL Santa Cruz para amortizar o percentual de 2026.

3) Desempenho Operacional

Clientes

A CPFL Santa Cruz encerrou o ano de 2025 com 525 mil clientes, com aumento de 10 mil consumidores, representando um crescimento de 1,9%.

Vendas de energia

Em 2025, as vendas para o mercado cativo totalizaram 1.870 GWh, uma queda de 9,1% em relação a 2024. A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2025 foi de 54,6% para a classe residencial, 12,3% para a classe comercial e 4,7% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

- l **Classe Residencial:** aumento de 0,6%, devido à melhora da massa de renda real e o

incremento de unidades consumidoras em 2025 quando comparado ao ano de 2024. Em contrapartida tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e a menores temperaturas registradas no período;

- | **Classe Comercial:** redução de 18,4%, refletindo o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e a migração de clientes cativos para o mercado livre;
- | **Classe Industrial:** redução de 45,0%, refletindo a desaceleração da produção industrial e a migração de clientes cativos para o mercado livre.

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente

A CPFL Santa Cruz foi finalista, em 2025, para o Prêmio ABRADÉE de Avaliação pelo Cliente, que é dado à empresa que obtém o melhor Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADÉE. O resultado da empresa piorou 3,7 pontos (-4,4%) em relação ao ano anterior, e chegou a 79,6 pontos, o que a colocou em 4º lugar entre as distribuidoras com mais de 500 mil unidades consumidoras, sendo que a média nacional foi de 68,9 pontos.

Fornecimento de energia

A CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2025, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,64 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 2,69 vezes, entre os menores do setor.

4) Desempenho Econômico-Financeiro

Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 2.700 milhões em 2025, representando um crescimento de 4,3% (R\$ 113 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de 357,9% (R\$ 99 milhões) no ativo e passivo financeiro setorial; (ii) de 23,7% (R\$ 87 milhões) na receita de disponibilidade da rede elétrica – TUSD; e (iii) de 18,1% (R\$ 32 milhões) em outras receitas; parcialmente compensados pelas seguintes reduções: (iv) de 18,6% (R\$ 72 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (v) de 59,3% (R\$ 29 milhões) no suprimento de energia elétrica; (vi) de 0,2% (R\$ 3 milhões) no fornecimento de energia elétrica; e (vii) de 10,1% (R\$ 1 milhão) na atualização do ativo financeiro da concessão.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 907 milhões em 2025, representando um aumento de 14,6% (R\$ 115 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.793 milhões no ano, registrando uma redução de 0,2% (R\$ 3 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA)

Em 2025, o EBITDA foi de R\$ 391 milhões, representando um aumento de 10,9% (R\$ 39 milhões), devido à queda de 18,6% (R\$ 72 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor. Este efeito foi parcialmente compensado pelas seguintes variações: (i) redução de 0,2% (R\$ 3 milhões) na receita operacional líquida; (ii) aumento de 1,7% (R\$ 15 milhões) no custo com energia elétrica; e (iii) aumento de 8,2 % (R\$ 16 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros e outros custos/despesas operacionais). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- | Aumento de 4,5% (R\$ 3 milhões) nas despesas com pessoal;
- | Aumento de 16,2% (R\$ 3 milhões) nas despesas com material;
- | Aumento de 2,8% (R\$ 2 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- | Aumento de 24,8% (R\$ 8 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2025	2024
Lucro Líquido	130.564	135.111
Amortização	90.559	78.428
Resultado Financeiro	128.016	86.277
Contribuição Social	11.129	13.698
Imposto de Renda	30.805	39.011
EBITDA	391.072	352.526

Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido

A CPFL Santa Cruz apurou lucro líquido de R\$ 131 milhões em 2025, representando uma redução de 3,4% (R\$ 5 milhões), refletindo os aumentos de 15,5% (R\$ 12 milhões) na amortização, e de 48,4% (R\$ 42 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelas seguintes variações: (i) aumento de 10,9% (R\$ 39 milhões) no EBITDA; e (ii) redução de 20,4% (R\$ 11 milhões) no imposto de renda e contribuição social.

Endividamento

Ao final de 2025, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Santa Cruz atingiu R\$ 1.523 milhões, representando um aumento de 4,5 %.

5) Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 319 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros. A rede de distribuição da CPFL Santa Cruz consistia em 24.646 km de linhas de distribuição, incluindo 43.761 transformadores de distribuição. A concessionária tinha 538 km de linhas de distribuição de alta tensão, entre 23 kV e 138 kV. Nesta data, a distribuidora detinha 75 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição, com capacidade total de transformação de 1.882 MVA.

6) Aspectos ESG (Ambientais, Sociais e de Governança)

A CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em três pilares: Negócios de baixo carbono e

segurança energética, Operações inteligentes e sustentáveis e Geração de valor compartilhado com a sociedade. O plano se desdobra atualmente em 18 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Programa de Integridade e Gestão do Canal de Ética: o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com a ética e a integridade, valores que orientam as decisões, as relações e os negócios. A integridade é um dos valores do Grupo CPFL, posicionada no centro do Nosso Jeito de Ser, refletindo a sua relevância estratégica na cultura.

O Programa está estruturado em 4 dimensões interdependentes, que sustentam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o apoio da alta administração, contando ainda com o apoio e a atuação próxima das áreas de negócio para sua efetiva implementação: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética e a Política Anticorrupção; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) avaliações de conflito de interesse, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e (iv) monitoramento de indicadores, avaliações supervisionadas pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente, assegurando o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa-fé, bem como com um processo estruturado de apuração de registros éticos.

Dentre as ações executadas em 2025, destaca-se a recertificação da ISO 37001 do Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção da Companhia que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Adicionalmente, o Grupo realizou a adesão voluntária ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e ao Movimento Transparência 100%, iniciativas da Controladoria Geral da União (CGU), reforçando o alinhamento às melhores práticas de governança, mitigação de riscos e fortalecimento da cultura ética. No âmbito normativo, houve a revisão da cláusula anticorrupção padrão dos contratos da Companhia, com o objetivo de promover atualizações alinhadas as melhores práticas de mercado. O Programa também foi sustentado por um robusto plano de treinamentos ao longo de 2025, com marco relevantes como: Celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Sorocaba/SP e com a presença do jornalista Caco Barcelos; treinamento de integridade para a alta administração ministrado pelo advogado e professor Dr. Carlos Ayres; treinamento para fornecedores no fórum Rede de Valor, em parceria com a Diretoria de Suprimentos e ações focadas em liderança e público operacional sobre a Cultura Ética e Canal de Ética, nas quais reforçamos temas importantes como: política anticorrupção, assédio moral e tratamento desrespeitoso, Assédio sexual e importunação sexual, conflito de interesses. Em 2025, o Grupo CPFL realizou a migração da plataforma do Canal de Ética para a Aliant, fortalecendo a gestão do processo de ética e assegurando independência e confiabilidade.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Santa Cruz atua, em 2025 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte focando na redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 1.631 crianças e jovens. Além do projeto Carreta Literária, biblioteca itinerante que percorre escolas públicas das

idades, que beneficiou 5.570 pessoas; **(ii) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando mais de 1.465 espectadores; **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China:** Em 2025, a frente Intercâmbio Brasil > China impactou mais de 1,6 milhões de pessoas. Essa edição contou com uma exposição de arte chinesa, espetáculo de dança, um festival cultural, publicações de livros, concertos de música e dois encontros especiais do café filosófico cpfl, além do lançamento de uma série documental na TV Cultura, uma playlist de música no Spotify e um canal exclusivo no YouTube; **(iv) Café Filosófico CPFL:** Com nossa frente Café Filosófico CPFL, em 2025, realizamos 32 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Jundiaí/SP. Ao todo, ao longo de 2025, foram 143 exibições do programa na TV Cultura e 18 milhões de pessoas impactadas digitalmente.

(vi) Eficiência energética (0,5% da ROL): Eficiência Energética (0,5% da ROL): em 2025 foram investidos R\$ 5,9 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 2,8 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 92 clientes e substituição de lâmpadas por modelos mais eficientes (LED), totalizando 92 famílias beneficiadas. Foram investidos também, (b) R\$ 56 mil em projetos educacionais, com foco na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética, que beneficiou 1.201 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica. Tivemos ainda, (c) cerca de R\$ 53 mil investidos em prédios públicos que proporcionaram a substituição de pontos de Iluminação por LED e instalação em sistemas fotovoltaicos. Por fim, (d) investimento de R\$ 4,7 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando 705 KWp instalados em Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a substituição de lâmpadas por LED em 16 hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão.

Gestão de Recursos Humanos: em 2025, treinamos 544 colaboradores. Foram 12,9 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com escolas para formação de eletricitistas ao longo do ano: foram 4 turmas, 65 participantes, 47 aprovados e 17 contratados

Rede de Valor: Em 2025, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, dos quais 2 ocorreram em formato online e 1, em formato híbrido. Os temas abordados foram: Cenário Macroeconômico e Planejamento Estratégico CPFL, Impactos dos eventos climáticos extremos na cadeia de valor do setor elétrico e Ética e Integridade na Cadeia de Suprimentos, Saúde e Segurança do Trabalho na cadeia de valor e subcontratadas. No geral, contamos com a participação de 129 fornecedores.

7) Programa CPFL +Diversa

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar. Para mais informações, acesse a nossa Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão no site de Relacionamento com Investidores: www.cpfl.com.br/ri > Governança Corporativa > Estatutos Sociais, Códigos e Políticas > Códigos, Políticas e Regimentos > Diversidade, Equidade e Inclusão.

Em conformidade com a Lei Federal nº 15.177/2025, informamos:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

Composição níveis por gênero				
	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Gerência	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Chefia/Coordenação	78,57%	21,43%	84,62%	15,38%

Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Administrativo	67,63%	32,37%	65,31%	34,69%
Operacional	94,81%	5,19%	96,15%	3,85%
Estagiários	0,00%	0,00%	50,00%	50,00%

II – Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens				
	2025		2024	
	Salário-base	Remuneração total	Salário-base	Remuneração total
Diretoria	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Gerência	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Chefia/Coordenação	104,18%	106,62%	112,66%	104,41%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Administrativo	79,69%	78,32%	69,39%	72,53%
Operacional	82,90%	64,90%	79,70%	77,70%
Estagiários	0,00%	0,00%	208,64%	246,07%

8) Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela CPFL Santa Cruz para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário
Assessoria tributária para cálculo do Pilar II

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9) Agradecimentos

A Administração da CPFL Santa Cruz agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração.

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CRC 1SP217200/O-6

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

SUMÁRIO

ATIVO.....	1
PASSIVO.....	2
DRE.....	3
DRA.....	4
DMPL.....	5
FLUXO DE CAIXA.....	6
DVA.....	7
(1) CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
(3) SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	11
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO.....	20
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	21
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	22
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR.....	23
(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL.....	26
(10) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS.....	28
(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	29
(12) OUTROS ATIVOS.....	30
(13) ATIVO CONTRATUAL.....	30
(14) INTANGÍVEL.....	31
(15) FORNECEDORES.....	31
(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	32
(17) DEBÊNTURES.....	35
(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	36
(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	37
(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	38
(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	39
(22) LUCRO POR AÇÃO.....	41
(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	41
(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA.....	43
(25) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	44
(26) RESULTADO FINANCEIRO.....	45
(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	45
(28) SEGUROS.....	47
(29) GESTÃO DE RISCOS.....	47
(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	50
(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	55
(32) COMPROMISSOS.....	55
(33) EVENTOS SUBSEQUENTES.....	55

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
	explicativa		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	71.724	43.125
Títulos e valores mobiliários	6	-	211.769
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	266.589	237.867
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	52.130	47.051
Outros tributos a compensar	8	27.211	24.581
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	10.472	84.714
Derivativos	30	323	72.356
Estoques		5.136	4.416
Outros ativos	12	80.320	65.709
Total do circulante		513.905	791.587
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	15.592	15.329
Depósitos judiciais	19	16.978	17.563
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	7.386	7.386
Outros tributos a compensar	8	30.877	28.843
Derivativos	30	23.986	20.212
Ativo financeiro da concessão	11	435.548	249.935
Outros ativos	12	1.190	1.772
Ativo contratual	13	139.482	388.375
Intangível	14	1.462.062	1.175.503
Total do não circulante		2.133.100	1.904.918
Total do ativo		2.647.005	2.696.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	15	164.923	183.642
Empréstimos e financiamentos	16	274.486	500.567
Debêntures	17	12.395	5.123
Taxas regulamentares		6.396	1.399
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	3.238	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	20.207	18.222
Mútuos com partes relacionadas	27	1.240	-
Dividendo	27	29.155	29.592
Obrigações estimadas com pessoal		6.885	6.433
Derivativos	30	4.930	-
Passivo financeiro setorial	9	20.603	64.017
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	-	53.508
Outras contas a pagar	20	72.861	80.306
Total do circulante		617.320	942.808
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	319.746	569.242
Debêntures	17	727.405	467.597
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	2.716	7.071
Débitos fiscais diferidos	10	10.672	16.785
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	29.101	33.090
Mútuos com partes relacionadas	27	206.593	-
Derivativos	30	192	7.141
Passivo financeiro setorial	9	12.670	11.857
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	-	15.261
Outras contas a pagar	20	6.714	8.039
Total do não circulante		1.315.809	1.136.085
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		301.083	252.576
Reserva de capital		484	485
Reserva legal		18.401	11.873
Reserva de lucros a realizar		20.364	14.962
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		289.210	289.210
Outras destinações		-	48.507
Dividendo		84.334	-
Total do patrimônio líquido		713.877	617.612
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.647.005	2.696.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	23	1.792.824	1.795.573
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	24	(870.662)	(855.912)
Custo com operação		(180.186)	(164.475)
Amortização		(85.823)	(73.511)
Outros custos com operação	25	(94.363)	(90.964)
Custo com serviço prestado a terceiros	25	(316.904)	(389.115)
Lucro operacional bruto		425.073	386.072
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(42.249)	(41.415)
Amortização		(149)	(210)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(10.677)	(10.896)
Outras despesas com vendas	25	(31.423)	(30.309)
Despesas gerais e administrativas		(62.518)	(63.252)
Amortização		(4.586)	(4.708)
Outras despesas gerais e administrativas	25	(57.932)	(58.544)
Outras despesas operacionais	25	(19.792)	(7.308)
Resultado do serviço		300.514	274.097
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		71.732	60.074
Despesas financeiras		(199.747)	(146.352)
		(128.016)	(86.277)
Lucro antes dos tributos		172.498	187.820
Contribuição social	10	(11.129)	(13.698)
Imposto de renda	10	(30.805)	(39.011)
		(41.933)	(52.709)
Lucro líquido do exercício		130.564	135.111
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	363,63	376,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	130.564	135.111
Resultado abrangente do exercício	130.564	135.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Dividendo	Outras destinações	Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2023	218.756	486	5.117	247.457	8.954	-	33.820	-
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	135.111
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital - AGE de 25/04/2024	33.820	-	-	-	-	-	(33.820)	-
Constituição da reserva legal	-	-	6.756	-	-	-	-	(6.756)
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	41.753	-	-	-	(41.753)
Proposta de aumento de capital	-	-	-	-	-	-	48.507	(48.507)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	6.007	-	-	(6.007)
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	(1)	-	-	-	-	-	1
Transações de capital com os acionistas								
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2024 e 30/09/2024	-	-	-	-	-	-	-	(16.649)
Dividendos mínimos obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(15.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	252.576	485	11.873	289.210	14.962	-	48.507	-
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	130.564
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital - AGE de 22/04/2025	48.507	-	-	-	-	-	(48.507)	-
Constituição da reserva legal	-	-	6.528	-	-	-	-	(6.528)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	5.403	-	-	(5.403)
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	(1)	-	-	-	-	-	1
Reversão da reserva estatutária - reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas								
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2025, 30/06/2025 e 30/12/2025	-	-	-	-	-	-	-	(34.300)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	84.334	-	(84.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	301.083	484	18.401	289.210	20.364	84.334	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos tributos	172.498	187.820
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	90.558	78.429
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.954	8.030
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.677	10.896
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	167.894	107.037
Perda (ganho) na baixa de não circulante	19.220	6.717
	462.801	398.929
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(39.218)	(7.307)
Tributos a compensar	69.055	9.808
Depósitos judiciais	1.877	2.299
Ativo financeiro setorial	-	6.722
Contas a receber - CDE	(5.790)	(14.448)
Outros ativos operacionais	(9.816)	5.529
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(18.719)	36.513
Outros tributos e contribuições sociais	(3.377)	1.875
Taxas regulamentares	4.997	(4.266)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(7.775)	(7.172)
Passivo financeiro setorial	(125.109)	(25.483)
Contas a pagar - CDE	-	(37)
Outros passivos operacionais	(2.329)	24.048
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	326.597	427.010
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(98.757)	(55.385)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(49.186)	(70.852)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	178.654	300.773
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(661.411)	(775.944)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	872.906	585.804
Adições de ativo contratual	(318.986)	(384.625)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(107.491)	(574.765)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	253.640	507.719
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(460.171)	(202.841)
Liquidação de operações com derivativos	(10.441)	(45.152)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(29.592)	(12.920)
Captação de mútuo com partes relacionadas	204.000	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(42.564)	246.806
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	28.599	(27.186)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	43.125	70.311
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	71.724	43.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
1 - Receita	2.689.000	2.576.259
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.383.310	2.198.413
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	316.367	388.742
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.677)	(10.896)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.411.481)	(1.451.164)
2.1 Custo com energia elétrica	(976.480)	(957.045)
2.2 Material	(183.026)	(228.188)
2.3 Serviços de terceiros	(207.454)	(229.670)
2.4 Outros	(44.521)	(36.261)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.277.519	1.125.095
4 - Retenções	(91.129)	(78.921)
4.1 Amortização	(91.129)	(78.921)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.186.389	1.046.174
6 - Valor adicionado recebido em transferência	75.055	62.728
6.1 Receitas financeiras	75.055	62.728
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.261.444	1.108.902
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	81.814	77.279
8.1.1 Remuneração direta	49.407	46.447
8.1.2 Benefícios	28.854	27.295
8.1.3 F.G.T.S	3.553	3.537
8.2 Impostos, taxas e contribuições	846.741	745.840
8.2.1 Federais	523.879	434.899
8.2.2 Estaduais	322.564	310.670
8.2.3 Municipais	299	271
8.3 Remuneração de capital de terceiros	202.324	150.674
8.3.1 Juros	201.552	150.259
8.3.2 Aluguéis	772	415
8.4 Remuneração de capital próprio	130.564	135.111
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	34.300	16.649
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	84.334	15.440
8.4.3 Lucros retidos	11.931	103.022
	1.261.444	1.108.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguari de Energia (com nome fantasia “CPFL Santa Cruz” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede social da Companhia está localizada à Rua Vigato, nº 1620, 1º andar, sala 03, Jaguariúna, São Paulo, CEP 13.820-000.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045.

A área de concessão da Companhia contempla 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 525 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo.

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, o capital circulante líquido negativo de R\$ 103.415 (R\$ 151.221 em 31 de dezembro de 2024), sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar as eventuais necessidades de caixa. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa para quitar suas dívidas, bem como as projeções de fluxos de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

1.2 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada frente as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos na agenda climática com o desenvolvimento do Plano Integrado de Adaptação Climática. Iniciamos o mapeamento de riscos climáticos físicos na distribuição. O processo também nos prepara para cumprir as exigências da Resolução CVM nº 193.

Iniciativas específicas

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS). Além disso temos projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

Gestão de crises

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências.

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados.

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL.

Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas.

A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro ("MCSE") e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ("www.aneel.gov.br") e da Companhia ("www.cpfl.com.br") a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A

classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 30);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 30 – Instrumentos financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização

dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor

justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 23).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 30). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos

de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de

reorganização financeira; ou

- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete à Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas:

(i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.11 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários nota 23.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.12 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- **Parcela A (custos não gerenciáveis):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B (custos gerenciáveis):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.13 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.14 Mudanças nas principais políticas contábeis

No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às normas contábeis, bem como orientações técnicas emitidas pelo CPC, que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações do CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas foram emitidas pelo CPC e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

Foi emitido o CPC 51, que substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. Introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada,

embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51, será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas a partir da data de adoção.

(b) Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Foram emitidas as alterações ao CPC 48 e CPC 40 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na “data de liquidação” e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Melhorias Anuais às Normas Contábeis

Foram emitidas as alterações pontuais em normas como CPC 37, CPC 40, CPC 48, CPC 36 e CPC 03 (R2), com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos

tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldos bancários	4.601	9.317
Aplicações financeiras	67.123	33.808
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	841	745
Títulos de crédito privado (b)	66.282	16.592
Fundos de investimentos (c)	-	16.470
Total	71.724	43.125

- (a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e remuneração de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") em 2025 e 2024.
- (b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDBs no montante de R\$ 47.752 (R\$ 16.592 em 31 de dezembro de 2024), e (ii) operações compromissadas em debêntures de R\$ 18.530. Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 100,54% do CDI (98,11% do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- (c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Através de fundos de investimentos	-	211.769
Total	-	211.769

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	49.871	37.617	5.317	92.805	85.781
Industrial	5.961	3.885	4.182	14.028	16.725
Comercial	11.113	6.249	1.325	18.686	18.355
Rural	9.023	5.745	1.406	16.174	14.015
Poder público	4.825	3.415	3.599	11.839	9.539
Iluminação pública	6.149	2.352	1.481	9.983	6.335
Serviço público	2.155	2.322	1.137	5.615	9.996
Faturado	89.097	61.585	18.448	169.130	160.746
Não faturado	88.511	-	-	88.511	74.274
Parcelamento de débito de consumidores	9.265	1.919	2.155	13.338	10.866
Operações realizadas na CCEE	8.237	-	-	8.237	3.347
Concessionárias e permissionárias	1.062	-	-	1.062	1.278
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(253)	-	-	(253)	(266)
	195.918	63.504	20.602	280.024	250.245
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(13.435)	(12.377)
Total				266.589	237.867
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	3.949	-	-	3.949	5.145
Energia Livre	11.642	-	-	11.642	10.184
Total	15.592	-	-	15.592	15.329

Parcelamento de débitos de consumidores: refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30 (f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2023	(10.387)	(654)	(11.041)
Provisão revertida (constituída) líquida	(17.589)	(32)	(17.621)
Recuperação de receita	6.725	-	6.725
Baixa de contas a receber provisionadas	8.874	-	8.874
Saldo em 31/12/2024	(12.377)	(686)	(13.063)
Provisão revertida (constituída) líquida	(18.753)	(445)	(19.198)
Recuperação de receita	8.520	-	8.520
Baixa de contas a receber provisionadas	9.175	314	9.489
Saldo em 31/12/2025	(13.435)	(816)	(14.251)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	52.130	47.051
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	4.776	3.120
ICMS a compensar	21.061	19.478
Programa de integração social - PIS	156	218
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.217	1.765
Outros tributos a compensar	27.211	24.581
Total circulante	79.341	71.631
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.386	7.386
ICMS a compensar	30.476	28.843
Outros	401	-
Outros tributos a compensar	30.877	28.843
Total não circulante	38.263	36.229

Imposto de renda e contribuição social a compensar no circulante: refere-se principalmente a constituição de crédito de imposto de renda e contribuição social pago a maior.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos público.

ICMS a compensar: refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante: Refere-se ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes da atualização pela taxa Selic incidente sobre valores recuperados por meio de repetição de indébito tributário. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), firmou entendimento de que o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na restituição ou compensação de tributos pagos indevidamente. A Companhia ajuizou ação judicial em julho de 2021, visando resguardar seu direito de recuperar os valores indevidamente tributados nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Com base nessa decisão e na expectativa de realização dos créditos, a Administração procedeu ao reconhecimento contábil dos respectivos valores, registrados no ativo como tributos a compensar. A Companhia aguarda a decisão da ação judicial para iniciar a utilização do crédito tributário. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a compensar é de R\$ 7.386.

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	1.831	15.111
COFINS sobre ICMS	8.641	69.603
Total circulante	10.472	84.714
Passivo	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	-	53.508
Total circulante	-	53.508
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	-	15.261
Total não circulante	-	15.261

Em 2019, a CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005).

Para a “CPFL Santa Cruz” os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até a data da última compensação somaria o montante de R\$ 206.852. Em 2020, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e iniciou a utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil. O crédito judicial a compensar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 10.472.

Em relação ao saldo do passivo com consumidores, houve repasse nos reajustes tarifários como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 203.418, sendo que em março de 2021 (R\$ 20.241), março de 2022 (R\$ 135.567) e março de 2023 (R\$ 48.449) e março de 2024 R\$ 839 de acréscimo (nota 9), com isso, o saldo do passivo com consumidores finalizou, ou seja, todo o crédito de PIS e COFINS foi repassado aos consumidores nos reajustes tarifários em relação a ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105.

A CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” incorporou em dezembro de 2017 a empresa “Companhia de Força e Luz Santa Cruz”, e consequentemente passou a deter direito sob a ação judicial relacionada ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS desta Companhia. Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e COFINS, (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e (iv) a Companhia possuir por sucessão a ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS nº 0012204-41.2010.4.03.6100, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 129.374.

Em junho de 2023, a Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial de sua sucedida, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em outubro de 2023, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil, em fevereiro de 2024 as compensações foram iniciadas. Com isso, no

reajuste tarifário de março de 2024 foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de (R\$ 79.852) e em 2025 (R\$70.678) (nota 9), com isso, o saldo do passivo com consumidores finalizou, ou seja, todo o crédito de PIS e COFINS foi repassado aos consumidores nos reajustes tarifários em relação a ação judicial nº 0012204-41.2010.4.03.6100.

Ainda sobre esse assunto, em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 28.718 foi recolhido em fevereiro de 2024. Tais valores foram ajustados entre o Reajuste Tarifário Anual de 2024 e 2025, resultando na neutralização do efeito tarifário.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2024 até dezembro de 2025 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o total do crédito judicial.

Em 22 de julho de 2025 houve a conclusão da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, sendo que a Agência manteve a interpretação de que os créditos tributários devem ser devolvidos integralmente aos consumidores.

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal - STF concluiu o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 7324 e, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido, mantendo a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022, e definindo a destinação dos valores de indêbitos tributários restituídos em favor dos consumidores, e ainda (i) permitindo a dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos dispendidos pelas concessionárias, para o fim de obter a repetição do indébito; e (ii) observando o prazo de 10 anos, contados da data da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada. Por fim, o Tribunal decidiu que o recebimento de boa-fé a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos em virtude de ação judicial está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, e aguarda o julgamento dos embargos de declaração protocolados pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) no Supremo Tribunal Federal - STF.

Logo, diante das incertezas quanto à contagem do prazo prescricional e à forma de aplicação da decisão proferida na ADI 7324, a Administração entende que, neste momento, não dispõe de elementos suficientes para elaborar estimativa confiável do montante que poderia ser revertido do passivo antes do julgamento dos embargos de declaração. Ressalte-se, contudo, que a opção da Companhia por não reconhecer qualquer crédito tributário nesta fase não implica renúncia ao direito que lhe assiste.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2024			Receita operacional (nota 23)		Resultado financeiro (nota 26)	Devolução aos consumidores	Recebimento	Saldo em 31/12/2025		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	(25.239)	(1.339)	(26.579)	63.792	20.959	4.388	-	(1.419)	65.323	(4.184)	61.139
CVA (*)											
CDE (**)	(9.020)	(2.889)	(11.910)	48.144	2.730	1.275	-	(1.419)	39.717	(895)	38.821
Custos energia elétrica	(30.441)	(13.125)	(43.566)	(12.145)	44.158	(1.925)	-	-	(4.225)	(9.255)	(13.480)
ESS e EER (***)	4.942	5.978	10.921	(7.648)	(8.386)	116	-	-	(5.979)	981	(4.998)
Proinfa	-	(152)	(152)	1.748	(1.326)	182	-	-	-	452	452
Rede básica	16.013	11.040	27.053	24.034	(24.128)	2.135	-	-	25.297	3.797	29.095
Repasse de Itaipu	17.056	722	17.778	17.767	(9.406)	2.466	-	-	23.830	4.774	28.604
Transporte de Itaipu	284	1.376	1.660	1.992	(1.590)	11	-	-	1.977	96	2.073
Neutralidade dos encargos setoriais	(19.274)	(4.694)	(23.967)	(6.825)	16.964	(413)	-	-	(10.771)	(3.470)	(14.241)
Sobrecontratação	(3.196)	405	(2.791)	(24)	1.942	541	-	-	332	(664)	(332)
Bandeira Tarifária faturada	(1.605)	-	(1.605)	(3.251)	-	-	-	-	(4.855)	-	(4.855)
Outros componentes financeiros	(25.396)	(23.899)	(49.295)	(74.727)	116.506	(7.542)	(79.351)	-	(67.131)	(27.282)	(94.413)
Geração distribuída	-	-	-	-	6.761	-	(8.673)	-	-	(1.912)	(1.912)
Devolução do crédito de PIS/COFINS	-	(17.951)	(17.951)	-	73.048	-	(70.678)	-	(2)	(15.581)	(15.583)
Postergação RTA 2025	-	-	-	(69.335)	-	(4.076)	-	-	(73.411)	-	(73.411)
Outros	(25.396)	(5.948)	(31.344)	(5.392)	36.697	(3.466)	-	-	6.283	(9.789)	(3.506)
Total	(50.636)	(25.238)	(75.874)	(10.937)	137.463	(3.156)	(79.351)	(1.419)	(1.808)	(31.466)	(33.273)
Passivo circulante			(64.017)								(20.603)
Passivo não circulante			(11.857)								(12.670)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.12. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) **Devolução do crédito de PIS e COFINS:** conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.460 relativa ao RTA de 2025, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar, e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2025 (nota 8.1) ; (ii) **Geração Distribuída:** Conforme disposto no Despacho nº 684/2025, foi incorporado na definição da energia requerida a consideração do mercado de fornecimento medido e a dedução da energia injetada pela MMGD, com vigência a partir dos processos tarifários de 2025, em conformidade com o princípio da modicidade tarifária prevista pelo artigo 13 da Lei nº 14.300 de 2022. No segundo trimestre foi considerado o montante de R\$ 8.673 que estava registrado no grupo de contas a pagar com os consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais para devolução aos consumidores; (iii) **Postergação RTA 2025:** Com a aplicação da metodologia e dos procedimentos tarifários vigentes, o Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2025 da CPFL Santa Cruz resultaria no efeito médio de -3,44%. No entanto, considerando a projeção para a Revisão Tarifária Periódica – RTP de 2026 apurada pela Aneel à época, de 16,00%, decorrente principalmente do efeito do término da devolução dos créditos de Pis/Cofins, dentre outros itens, na 8ª Reunião Pública da Diretoria da Aneel, realizada em 18 de março de 2025, foi pedido vista do processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2025 para avaliar o pleito de diferimento feito pela Companhia, adiando a decisão quanto ao reajuste. Com isso, as tarifas definidas no RTA de 2024 foram prorrogadas até o dia 21 de maio de 2025. A diferença de receita relativa ao período postergado será compensada na RTP de 2026. Posteriormente, em 20 de maio de 2025, a diretoria da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual de 2025 da CPFL Santa Cruz, cujo efeito médio foi de 2,62%, sendo 2,61% para os consumidores conectados em alta tensão e 2,62% para os de baixa tensão, conforme disposto na REH nº 3.460/2025. Nesse percentual está incluso o diferimento positivo de R\$ 100.000.000,00, a ser cobrado dos consumidores no período de 22/03/25 a 21/03/26 e devolvido no período de 22/03/26 a 21/03/27, acrescido da taxa Selic. Tal medida contribuirá para a mitigação da oscilação tarifária entre 2025 e 2026 aos consumidores da Companhia."; e (iv) **Outros:** refere-se principalmente à (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão, (ii) CDE GD, (iii) Reversão CDE Escassez entre outros.

Recebimento – CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2025 ocorreu em maio e foi homologado pelo Despacho nº 1.536 de 23 de maio de 2025.

(10) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos (débitos) e créditos fiscais diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	983	6.426
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(3.765)	(10.841)
Subtotal	(2.783)	(4.415)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	2.569	17.740
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(10.458)	(30.111)
Subtotal	(7.889)	(12.371)
Total	(10.672)	(16.785)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, bases negativas e prejuízos fiscais estão baseadas nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2025		31/12/2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros	2.555	7.097	2.893	8.035
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.283	3.563	1.176	3.266
Programas de P&D e eficiência energética	1.188	3.301	1.177	3.269
Provisão relacionada a pessoal	278	772	302	840
Marcação a Mercado - Derivativos	(1.305)	(3.625)	1.208	3.355
Marcação a Mercado - Dívidas	(557)	(1.549)	(1.502)	(4.172)
Derivativos	(1.090)	(3.027)	(10.769)	(29.913)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(781)	(2.171)	(1.390)	(3.861)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(5.597)	(15.547)	(4.860)	(13.500)
Instrumentos financeiros	-	-	804	2.235
Outros	262	728	121	337
Total	(3.765)	(10.458)	(10.841)	(30.111)

10.3 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de bases negativas e prejuízos fiscais e diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2026	9.667
2027	4.077
2028	4.077
2029	965
2030	965
2031 a 2036	4.826
Total	24.578

10.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	172.498	172.498	187.820	187.820
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(700)	(700)	(263)	(263)
Lucro antes dos tributos	19.338	19.338	18.422	18.422
Juros sobre o capital próprio	(34.300)	(34.300)	(16.649)	(16.649)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(33.184)	(35.357)	(38.090)	(35.519)
Base de cálculo	123.653	121.479	151.240	153.812
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(11.129)	(30.370)	(13.612)	(38.453)
Provisão para riscos fiscais	-	(435)	(86)	(558)
Total	(11.129)	(30.805)	(13.698)	(39.011)
Corrente	(12.761)	(35.286)	(5.465)	(15.987)
Diferido	1.632	4.482	(8.233)	(23.024)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício é de R\$ 6.114 (R\$ 31.257 em 2024) refere-se a (i) diferenças temporárias R\$ 26.729 (R\$ 55.423 em 2024), compensado por (ii) bases negativas e prejuízos fiscais R\$ 20.615 (24.164 em 2024).

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2023	183.111
Transferência - ativo contratual	60.780
Transferência - intangível em serviços	(1.269)
Ajuste ao valor justo	10.133
Baixas	(2.821)
Saldo em 31/12/2024	249.935
Transferência - ativo contratual	178.783
Transferência - intangível em serviços	(989)
Ajuste ao valor justo	9.193
Baixas	(1.374)
Saldo em 31/12/2025	435.548

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição – “VNR” – nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do exercício.

Em 2025, o valor das baixas de R\$ 1.374 (R\$ 2.821 em 2024) refere-se: baixa do ativo de R\$ 367 (R\$ 1.790 em 2024) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 1.007 (R\$ 1.031 em 2024).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos - Plano de previdência privada	2.225	1.752	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	5.651	4.960	-	-
Ordens em curso	12.935	5.314	-	-
Serviços prestados a terceiros	3.946	704	-	-
Despesas antecipadas	7.753	8.093	476	939
Contas a receber - CDE	39.852	34.062	-	-
Adiantamentos a funcionários	1.121	1.004	-	-
Arrendamentos e aluguéis	3.940	2.571	-	-
Outros	3.713	7.935	714	833
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(816)	(686)	-	-
Total	80.320	65.709	1.190	1.772

Cauções, fundos e depósitos vinculados - garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento da Companhia.

Ordens em curso: compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE") e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 20).

Despesas antecipadas: refere-se principalmente a antecipação de despesas com licença de software, PROINFA e IPVA.

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 4.423 (R\$ 2.513 em 31 de dezembro de 2024), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 35.429 (R\$ 31.023 em 31 de dezembro de 2024) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante (R\$ 526 em 31 de dezembro de 2024) – (nota 23.3).

Outros: refere-se, principalmente ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia (nota 3.13).

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2023	244.166
Adições	389.430
Transferência - Intangível em serviço	(184.440)
Transferência - Ativo financeiro	(60.780)
Saldo em 31/12/2024	388.375
Adições	321.937
Transferência - Intangível em serviço	(392.046)
Transferência - Ativo financeiro	(178.783)
Saldo em 31/12/2025	139.482

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	1.079.622	10	1.079.632
Custo histórico	1.755.166	296	1.755.463
Amortização acumulada	(675.544)	(286)	(675.831)
Amortização	(78.288)	(10)	(78.299)
Transferência - ativo contratual	184.440	-	184.440
Transferência - ativo financeiro	1.269	-	1.269
Baixa e transferência - outros ativos	(11.540)	-	(11.540)
Saldo em 31/12/2024	1.175.503	-	1.175.503
Custo histórico	1.908.214	296	1.908.511
Amortização acumulada	(732.711)	(296)	(733.007)
Amortização	(90.429)	(282)	(90.711)
Transferência - ativo contratual	382.701	9.346	392.046
Transferência - ativo financeiro	989	-	989
Baixa e transferência - outros ativos	(15.766)	-	(15.766)
Saldo em 31/12/2025	1.452.998	9.064	1.462.062
Custo histórico	2.240.993	9.642	2.250.635
Amortização acumulada	(787.995)	(578)	(788.573)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2025 foram capitalizados R\$ 2.380 (R\$ 4.313 em 2024) a uma taxa média de 7,97% a.a. (7,66% a.a. em 2024) (nota 26).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2025 e 2024, não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

(15) FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos de serviço do sistema	747	2.425
Suprimento de energia elétrica	65.107	67.786
Encargos de uso da rede elétrica	33.618	31.329
Materiais e serviços	62.450	79.476
Energia livre	3.001	2.625
Total	164.923	183.642

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pré Fixado	-	11.250	-	47	-	-	11.297
Pós Fixado							
IPCA	365.835	-	(44.118)	31.185	-	(15.218)	337.685
Selic	-	18.750	-	418	-	-	19.168
Gastos com captação	(2.323)	(1.360)	-	481	-	-	(3.202)
Total moeda nacional	363.512	28.640	(44.118)	32.131	-	(15.218)	364.949
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	623.418	-	(322.419)	15.059	(61.926)	(18.654)	235.478
Euro	99.569	-	(93.635)	898	(2.789)	(4.043)	-
Marcação a mercado	(16.690)	-	-	10.496	-	-	(6.194)
Total moeda estrangeira	706.297	-	(416.054)	26.452	(64.714)	(22.698)	229.283
Total	1.069.809	28.640	(460.171)	58.583	(64.714)	(37.916)	594.232
Circulante	500.567						274.486
Não circulante	569.242						319.746

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	389.938	-	(41.976)	34.292	-	(16.419)	365.835
Gastos com captação	(2.776)	-	-	453	-	-	(2.323)
Total moeda nacional	387.162	-	(41.976)	34.745	-	(16.419)	363.512
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	521.379	28.700	(65.865)	20.397	138.198	(19.391)	623.418
Euro	83.144	-	-	3.989	15.750	(3.314)	99.569
Marcação a mercado	(18.415)	-	-	1.725	-	-	(16.690)
Total moeda estrangeira	586.108	28.700	(65.865)	26.111	153.948	(22.705)	706.297
Total	973.270	28.700	(107.841)	60.856	153.948	(39.124)	1.069.809
Circulante	88.521						500.567
Não circulante	884.749						569.242

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 6.194 (R\$ 16.690 em 31 de dezembro de 2024), que compensados com as perdas acumuladas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 7.620 (R\$ 20.404 em 31 de dezembro de 2024), contratados para proteção da variação cambial (nota 30.b), geraram uma perda líquida não realizada de R\$ 1.426 (R\$ 3.714 em 31 de dezembro de 2024).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo					
Pré Fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,91%	11.297	-	2025 a 2034	Fiança da CPFL Energia
		11.297	-		
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27 a 4,80%	337.685	365.835	2018 a 2040	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		337.685	365.835		
SELIC					
FINEM	SELIC + 1,54%	19.168	-	2025 a 2034	Fiança da CPFL Energia
		19.168	-		
Gastos com captação		(3.202)	(2.323)		
Total moeda nacional		364.949	363.512		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Dólar	US\$ + de 1,85% a 5,91%	235.478	623.418	2021 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Euro	Euro + 4,22%	-	99.569	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(6.194)	(16.690)		
Total moeda estrangeira		229.283	706.297		
Total		594.232	1.069.809		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 90% a 120% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2027	47.615
2028	35.501
2029	22.569
2030	22.569
2031	22.008
2032 a 2036	106.136
2037 a 2040	63.348
Total	319.746

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2025	2024	2025	2024
IPCA	4,26	4,83	56,83	33,98
CDI	14,9	12,15	38,58	66,02
Outros			4,59	-
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Valor	Montantes em R\$ mil	Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro / taxa efetiva anual
		Liberados em 2025				
Moeda Nacional						
Mensuradas ao custo						
BNDES	38.858	17.900	Mensal	Mensal a partir de janeiro de 2027	Investimento	SELIC + 1,54%
BNDES	23.314	10.740	Mensal	Mensal a partir de janeiro de 2027	Investimento	TR + 2,91%
	62.172	28.640				

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	301.994	-	42.630	(42.202)	302.423
Gastos com captação	(1.888)	-	283	-	(1.605)
Total ao custo	300.107	-	42.914	(42.202)	300.818
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	193.419	225.000	38.453	(18.639)	438.234
Marcação a mercado	(20.806)	-	21.555	-	749
Total ao valor justo	172.613	225.000	60.008	(18.639)	438.982
Total	472.720	225.000	102.922	(60.841)	739.800
Circulante	5.123				12.395
Não circulante	467.597				727.405

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	96.005	300.000	(95.000)	11.293	(10.304)	301.994
Gastos com captação	(25)	(1.981)	-	117	-	(1.888)
Total ao custo	95.980	298.019	(95.000)	11.411	(10.304)	300.107
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	-	181.000	-	18.377	(5.958)	193.419
Marcação a mercado	-	-	-	(20.806)	-	(20.806)
Total ao valor justo	-	181.000	-	(2.429)	(5.958)	172.613
Total	95.980	479.019	(95.000)	8.981	(16.261)	472.720
Circulante	95.980					5.123
Não circulante	-					467.597

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures, e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 749 (ganho de R\$ 20.806 em 31 de dezembro de 2024), que somadas pelos ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 14.697 (perda de R\$ 13.822 em 31 de dezembro de 2024), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 13.948 (R\$ 6.984 em 31 de dezembro de 2024).

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 0,59%	302.423	301.994	2024 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(1.605)	(1.888)		
Total mensuradas ao custo		300.818	300.107		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	IPCA + 5,79% a 7,71%	438.234	193.419	2024 a 2035	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		749	(20.806)		
Total mensuradas ao valor justo		438.982	172.613		
Total		739.800	472.720		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo é de 0,68% do CDI.

Os saldos de principal das debêntures registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2029	118.867
2031	375.922
2032 a 2035	231.867
Subtotal	726.657
Marcação a mercado	749
Total	727.405

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual / taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		Montantes liberados em 2025	Liberado líquido dos gastos com emissão					
Mensurado a valor justo - IPCA 6ª Emissão	225.000	225.000	225.000	Semestral	5 Parcelas semestrais a partir de fevereiro de 2033	Investimento	IPCA+7,7082%	CDI + 0,07%

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas semestralmente e apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.349	-	1.932	6.337
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	889	-	784	734
Total	3.238	-	2.716	7.071

Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.326	6.005
Programa de integração social - PIS	1.561	1.290
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	7.247	6.013
Outros	3.073	4.913
Total	20.207	18.222

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso de IRPJ em questão refere-se a Mandado de Segurança que discute a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 19 – provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	17.022	4.502	16.325	4.612
Cíveis	564	487	529	268
Fiscais	10.719	11.990	12.853	12.683
Regulatórios	796	-	3.384	-
Total	29.101	16.978	33.090	17.563

A movimentação das provisões, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	16.325	1.279	(286)	(1.986)	1.690	17.022
Cíveis	529	4.046	(224)	(3.865)	78	564
Fiscais	12.853	943	(3.821)	(894)	1.637	10.719
Regulatórios	3.384	-	(1.918)	(1.030)	361	796
Total	33.090	6.268	(6.248)	(7.775)	3.766	29.101

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo PIS e COFINS e ICMS.

- **Regulatórios:** os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representadas:

	31/12/2025	31/12/2024	Principais causas
Trabalhistas	5.038	6.749	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	32.764	26.254	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação da faixa de domínio
Fiscais	74.433	62.341	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	64.030	54.516	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	189	4.311	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	176.454	154.171	

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores e concessionárias	35.221	27.416	-	-
Bônus Itaipu	-	8.602	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	10.010	6.312	1.764	2.704
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.535	7.285	-	877
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	3.736	2.444	-	-
Fundo de reversão	185	185	2.102	2.286
Adiantamentos	989	538	848	13
Folha de pagamento	1.056	838	-	-
Participação nos lucros	3.364	3.686	645	950
Convênios de arrecadação	5.636	5.297	-	-
Outros	2.130	17.703	1.355	1.208
Total	72.861	80.306	6.714	8.039

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: Referem-se ao saldo do Sistema de Compensação de Energia Elétrica ("SCEE") de R\$ 22.242 (R\$ 16.173 em 31 de dezembro de 2024), além de outras contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. Em relação ao SCEE é por meio desse sistema que a energia excedente produzida por unidades consumidoras que utilizam microgeração ou minigeração distribuída é injetada na rede elétrica da distribuidora e convertida em créditos de energia. Esses créditos podem ser utilizados no prazo de 60 meses para abater o consumo da própria unidade consumidora e se não utilizado é repassado na tarifa.

Bônus Itaipu: refere-se aos valores recebidos e repassados à determinados consumidores decorrente do superávit na Conta de Itaipu.

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua

efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se principalmente ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.13).

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Energia S/A	359.058.396	100,00	359.058.396	100,00
Total	359.058.396	100,00	359.058.396	100,00

21.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2025, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,73 vezes o EBITDA em 2025 (4,03 vezes em 2024), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

21.2 Capital social

Através da AGO/E de 22 de abril de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 48.507, decorrente da destinação de parte do resultado apurado no exercício de 2024 sem emissão de novas ações.

21.3 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 316.045, que compreende: (i) Reserva legal R\$ 11.873, (ii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R\$ 289.210 e (iii) Reserva de lucros a realizar R\$ 14.962.

21.4 Dividendos e Juros sobre o capital próprio ("JCP")

Na AGO/E de 22 de abril de 2025 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2024, através de dividendos mínimos obrigatório de R\$ 15.440 e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 16.649 declarados em 28 de março de 2024 e 30 de setembro de 2024.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2025:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 34.300 (R\$ 29.155 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025, aprovados em (i) AGE de 28 março de 2025 o montante de R\$ 11.300, (ii) AGE de 30 junho de 2025 o montante de R\$ 13.000 e (iii) AGE de 30 dezembro de 2025 o montante de R\$ 10.000;
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 84.334 que serão deliberados na AGO de abril de 2026.

No exercício de 2025, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 29.592 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

21.5 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	130.564
Realização da reserva de correção monetária especial "CME"	1
Lucro líquido base para destinação	130.565
Reserva legal	(6.528)
Reserva de lucros a realizar	(5.403)
Juros sobre capital próprio - AGE de 28/03/2025, 30/06/2025 e 30/12/2025	(34.300)
Dividendo adicional proposto	(84.334)

Parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 5.403, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. O montante remanescente de R\$ 84.334 foi proposto como dividendo adicional.

(22) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	130.564	135.111
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	359.058.396	359.058.396
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	363,63	376,29

Nos exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	471.494	460.487	1.020	1.015	869.952	820.444
Industrial	2.342	2.591	88	159	82.762	132.268
Comercial	25.309	25.971	230	282	221.317	248.341
Rural	19.498	19.808	263	282	195.359	195.106
Poderes públicos	4.604	4.574	75	77	65.151	63.490
Iluminação pública	603	575	114	118	59.729	56.609
Serviço público	830	788	79	100	63.427	75.381
Fornecimento faturado	524.680	514.794	1.868	2.032	1.557.698	1.591.639
Consumo próprio	108	109	2	2	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	7.976	(22.652)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(928.201)	(937.503)
Fornecimento de energia elétrica	524.788	514.903	1.870	2.034	637.473	631.484
Concessionárias, permissionárias e autorizadas			-	23	-	24.770
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	-	(18.516)
Energia elétrica de curto prazo			106	166	19.951	24.209
Suprimento de energia elétrica			106	189	19.951	30.463
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					928.201	956.019
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					455.430	368.039
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(4.048)	(3.633)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					316.367	388.742
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					126.526	27.632
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					8.186	9.102
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários					169.435	143.801
Outras receitas e rendas					42.157	35.505
Outras receitas operacionais					2.042.254	1.925.207
Total da receita operacional bruta					2.699.677	2.587.155
Deduções da receita operacional						
ICMS					(321.811)	(310.015)
PIS					(32.640)	(30.395)
COFINS					(151.239)	(139.328)
ISS					(22)	(16)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(354.267)	(279.069)
Programa de P & D e eficiência energética					(14.723)	(14.033)
PROINFA					(15.499)	(12.892)
Bandeiras tarifárias e outros					(14.109)	(3.440)
Outros					(2.543)	(2.392)
					(906.853)	(791.583)
Receita operacional líquida					1.792.824	1.795.573

23.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como

obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em função da renovação da concessão em 2015, os valores constituídos a partir de março de 2017 passaram a ser amortizados conforme os demais itens da tarifa da conta de ativos e passivos financeiros setoriais, ou seja, no momento da homologação do RTA, conforme orientação do Ofício Circular nº 112/2017-SFF/ANEEL e do submódulo 2.1 A Procedimentos gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. Atualmente aguarda-se a apresentação do Laudo Pericial pelo Sr. Perito do Juízo e o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

23.2 Revisão Tarifária Periódica ("RTP") e Reajuste Tarifário Anual ("RTA")

Em março de cada ano, através de Resolução Homologatória ("REH"), a ANEEL reajusta a tarifa da Companhia, de 22 de março até 21 de março do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

- Em 2025, através da REH nº 3.460, relativa ao resultado da RTA, o reajuste médio foi de 1,03%, sendo 1,67% referente ao reajuste tarifário econômico e -0,64% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 2,62%.
- Em 2024, através da REH nº 3.311, relativa ao resultado da RTA, o reajuste médio foi de 7,02%, sendo 8,22% referente ao reajuste tarifário econômico e -1,20% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 5,63%.

23.3 Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2025, foi registrada receita de R\$ 169.435 (R\$ 143.801 em 2024), sendo (i) R\$ 21.738 (R\$ 14.265 em 2024) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 126.265 (R\$ 115.532 em 2024) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 2.948 de subvenção CCRBT (R\$ 5.971 em 2024) e (iv) R\$ 18.484 de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-generador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica ("SCEE") conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022 (R\$ 8.033 em 2024).

23.4 Conta de desenvolvimento energético ("CDE")

A REH nº 3.484, de 15 de julho de 2025, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2025 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a

partir do mês subsequente a homologação da cota.

A ANEEL, por meio da REH nº 3.433, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A CDE Escassez Hídrica foi criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022 e suas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023. A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessa conta foram encerrados em setembro de 2024.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2025	2024	2025	2024
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	476	490	(107.519)	(112.500)
PROINFA	43	46	(22.948)	(17.985)
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.792	2.030	(479.058)	(451.802)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	56.379	53.580
Subtotal	2.312	2.566	(553.145)	(528.708)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			(270.666)	(274.538)
Encargos de transporte de itaipu			(16.490)	(18.042)
Encargos de conexão			(16.321)	(9.861)
Encargos de uso do sistema de distribuição			(4.143)	(4.387)
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			5.526	(8.601)
Encargos de energia de reserva - EER			(47.783)	(45.121)
Crédito de PIS e COFINS			32.360	33.348
Subtotal			(317.517)	(327.203)
Total			(870.662)	(855.912)

(*) Conta de energia de reserva

(25) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outros custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(53.484)	(50.141)	-	-	(7.574)	(7.339)	(17.670)	(17.847)	-	-	(78.728)	(75.327)
Material	(17.090)	(14.637)	(200)	(115)	(259)	(134)	(1.142)	(1.201)	-	-	(18.692)	(16.087)
Serviços de terceiros	(23.332)	(26.438)	(325)	(258)	(19.542)	(18.034)	(32.504)	(28.930)	-	-	(75.703)	(73.659)
Custos com construção da infraestrutura	-	-	(316.367)	(388.742)	-	-	-	-	-	-	(316.367)	(388.742)
Outros	(457)	251	(12)	-	(4.048)	(4.802)	(6.615)	(10.566)	(19.792)	(7.308)	(30.923)	(22.425)
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	(3.789)	(4.345)	-	-	-	-	(3.789)	(4.345)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	(745)	(387)	-	-	(745)	(387)
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	(1.208)	(1.021)	-	-	(1.208)	(1.021)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	(5.334)	(6.648)	-	-	(5.334)	(6.648)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.220)	(6.717)	(19.220)	(6.717)
Outros	(457)	251	(12)	-	(259)	(457)	671	(2.511)	(572)	(591)	(628)	(3.308)
Total	(94.363)	(90.964)	(316.904)	(389.115)	(31.423)	(30.309)	(57.932)	(58.544)	(19.792)	(7.308)	(520.414)	(576.240)

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	30.920	13.644
Acréscimos e multas moratórias	20.413	19.467
Atualização de créditos fiscais	9.025	17.611
Atualização de depósitos judiciais	1.292	1.103
Atualizações monetárias e cambiais	3.972	2.556
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	3.096	1.577
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	3.335	4.140
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(3.323)	(2.654)
Outros	3.002	2.630
Total	71.732	60.074
Despesas		
Encargos de dívidas	(110.776)	(70.421)
Atualizações monetárias e cambiais	(78.478)	(64.658)
(-) Juros capitalizados	2.380	4.313
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(6.491)	(8.270)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(1.122)	(360)
	(748)	-
Atualização de mútuo com partes relacionadas (nota 27)		
Outros	(4.512)	(6.956)
Total	(199.747)	(146.352)
Resultado financeiro	(128.016)	(86.277)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,98% a.a. em 2025 (7,66% a.a. em 2024) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 76.681 (ganho de R\$ 98.047 em 2024) (nota 30).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A..

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços:** Refere-se à aquisição

de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.

- b) Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.
- c) Contrato de mútuo** - refere-se principalmente a contrato celebrado com a State Grid Europe Limited (SGEL), com vencimento em setembro de 2028 e juros semestrais a partir de março de 2026 e remunerado a renminbi + 1,98%, com derivativos contratados de CDI -0,36%.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025, conforme requerido pelo CPC 05 (R1) – Partes Relacionadas foi de R\$ 2.374 (R\$ 2.470 em 2024). Este valor é composto por R\$ 1.919 (R\$ 2.130 em 2024) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 36 (R\$ 39 em 2024) de benefícios pós-emprego e R\$ 419 (R\$ 300 em 2024) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	329	432	1.883	1.748	-	-	17.421	15.416
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1	-	-	-	345	283	289	102
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	29.155	29.592	-	-	-	-
Contrato de Mútuo								
State Grid Europe Limited ("SGEL")*	-	-	207.833	-	-	-	(3.834)	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	526	4.784	11.360	21.130	9	25	42.583	23.823
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	195	238	281	274	2.432	2.251	4.861	4.922
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	54	100	-	-	626	1.059
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum	-	0	-	-	-	-	21.991	20.275
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	(231)	(257)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	8	16	3.270	7.248	6	6	-	-

A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 42.842 no exercício (R\$ 55.691 em 2024), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(28) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos operacionais	200.000
Transporte	Transporte nacional	77.004
Responsabilidade civil	Geral, obras e riscos ambientais	54.734
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	62.264
Garantia	Seguro Garantia	103.099
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	151.100
Total		648.201

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(29) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (*Data Protection Officer*), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração e conselho fiscal da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Risco;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
 - a) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - b) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - c) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas

atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contido, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País – PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de

monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

				31/12/2025	
	Nota Explicativa	Categoria / Mensuração	Nível (*)	Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	71.724	71.724
Derivativos	30	(a)	Nível 2	24.309	24.309
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	435.548	435.548
Total				531.581	531.581
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	364.949	368.150
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	229.283	229.283
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	300.818	300.836
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	438.982	438.982
Mútuos com partes relacionadas (**)	27	(a)	Nível 2	207.833	207.833
Derivativos	30	(a)	Nível 2	5.122	5.122
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	33.273	33.273
Total				1.580.260	1.583.479

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda R\$ 23.879 nos 2025 (ganho R\$ 19.081 nos 2024).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) Valor justo contra o resultado

(b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora;

- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo de arrendamento e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, assim a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros, sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador dívida	Moeda / Indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	323	(4.480)	(4.157)	3.462	(7.620)	US\$ + de 1,85% a 5,91% renminbi + 2,33%	CDI + 1,29% a CDI + 1,33% CDI - 0,36%	Abr/24 a set/26 set/28	222.000 204.000
Mútuo com partes relacionadas	3.085		3.085	4.189	(1.103)				
	3.409	(4.480)	(1.072)	7.651	(8.723)				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	20.900	(642)	20.259	5.562	14.697	IPCA + 5,79% a 7,71%	CDI + 0,07% a 0,30%	Fev/25 a fev/35	398.696
	20.900	(642)	20.259	5.562	14.697				
Total	24.309	(5.122)	19.187	13.212	5.974				
Circulante	323	(4.930)							
Não circulante	23.986	(192)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	119.653	(116.881)	10.441	13.212
Marcação a mercado	(34.226)	40.201	-	5.974
Total	85.427	(76.681)	10.441	19.187
Ativo circulante	72.356			323
Ativo não circulante	20.212			23.986
Passivo circulante	-			(4.930)
Passivo não circulante	(7.141)			(192)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2025 e 2024, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
	2025	2024
Variação de taxas de juros	(9.593)	1.766
Marcação a mercado	28.520	(13.823)
Variação cambial	(107.288)	110.819
Marcação a mercado	11.681	(715)
Total	(76.681)	98.047

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foi de R\$ 9.193 (R\$ 10.133 em 2024), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 23.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2025 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%	Apreciação cambial de 50%
Instrumentos financeiros passivos	(229.283)		(18.347)	43.560	105.468
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	229.716		18.382	(43.642)	(105.667)
	433	baixa dólar	35	(82)	(199)
Instrumentos financeiros passivos	(207.834)		(21.375)	35.927	93.230
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	213.367		21.945	(36.883)	(95.711)
	5.534	baixa renminbi	569	(957)	(2.482)
Total	5.967		604	(1.039)	(2.681)
Efeitos no resultado do exercício			604	(1.039)	(2.681)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2025 foi de R\$ 5,50 para o dólar, e R\$ 0,79 para o renminbi.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,94, e R\$ 0,87 e a depreciação cambial de 8,00%, e 10,28%, do dólar e do renminbi respectivamente em 31.12.2025.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	72.774				9.934	12.417	14.900
Instrumentos financeiros passivos	(321.591)				(43.897)	(54.871)	(65.846)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(879.984)				(120.118)	(150.147)	(180.177)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(33.273)				(4.542)	(5.677)	(6.813)
	(1.162.075)	alta CDI/SELIC	14,90%	13,65%	(158.623)	(198.278)	(237.936)
Instrumentos financeiros passivos	(776.667)				(74.793)	(56.095)	(37.397)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	456.087				43.921	32.941	21.961
Ativo financeiro da concessão	435.548				41.943	31.457	20.972
	114.967	baixa IPCA	4,26%	9,63%	11.071	8.303	5.536
Total	(1.047.106)				(147.552)	(189.975)	(232.400)
Efeitos no resultado do exercício					(147.552)	(189.975)	(232.400)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de 1, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 30b). A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	158.524	6.399	-	-	-	-	164.923
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	4.967	112.033	199.020	111.267	66.804	241.649	735.740
Derivativos	30	-	184	4.746	192	-	-	5.122
Debêntures - principal e encargos	17	-	47.663	58.835	162.820	252.835	691.258	1.213.412
Taxas regulamentares		6.396	-	-	-	-	-	6.396
Outros	20	3.685	37.219	3.874	2.102	-	-	46.880
Consumidores e concessionárias		3.669	31.552	-	-	-	-	35.221
EPE / FNDCT / PROCEL		-	-	3.736	-	-	-	3.736
Convênio de arrecadação		-	5.636	-	-	-	-	5.636
Fundo de reversão		16	31	138	2.102	-	-	2.287
Total		173.571	203.497	266.476	276.381	319.638	932.908	2.172.472

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2025, um valor de R\$ 2.380 (R\$ 4.313 em 2024) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

Ainda em 2025, houve o aumento do capital social (nota 21) da Companhia no montante de R\$ 48.507, decorrente de parte do resultado apurado no exercício de 2024, sem emissão de novas ações.

(32) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 20 anos	354.399	741.588	638.168	3.575.006	5.309.161
Compra de energia de Itaipu	Até 20 anos	104.945	223.723	233.974	2.110.946	2.673.588
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 20 anos	370.062	788.030	859.365	8.719.015	10.736.471
Projetos de construção de subestação	Até 1 ano	3.509	-	-	-	3.509
Fornecedores de materiais e serviços	Até 5 anos	111.121	164.636	25.428	-	301.185
Total		944.036	1.917.977	1.756.934	14.404.967	19.023.913

(33) EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Debêntures

Em 9 de janeiro de 2026 foi emitido o montante de R\$ 100.000 das debêntures convencionais que foram aprovadas em 19 de dezembro de 2025, com pagamento de juros e amortização em parcela única no dia 19 de dezembro de 2026 e taxa CDI+0,30%. O recurso será destinado para reforço de capital de giro. As condições restritivas são: dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75 e EBITDA ajustado dividido pelo resultado maior ou igual a 2,25 (índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia).

DIRETORIA

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA

Diretor Presidente

MINGZHI HAN

Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

**JAIRO EDUARDO DE BARROS
ALVARES**

Diretor de Assuntos Regulatórios

GUSTAVO KODAMA UEMURA

Diretor Comercial

ROLANDS SARETTA MENEZES

Diretor de Operações

ZHA HONG

Diretora Administrativa

BO TAN

Diretor Executivo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6



Companhia Jaguari de Energia

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Jaguari de Energia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Jaguari de Energia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Companhia Jaguari de Energia

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

Companhia Jaguari de Energia

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 4 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4